

TRANSPARÊNCIA BRASIL

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À

Transparência Brasil

A/C: Diretores

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transparência Brasil (Entidade) que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transparência Brasil, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Concentração da Receita

Constatamos que a Receita da Entidade está concentrada 50% em recursos recebidos do Google e 26% em recursos recebidos da UNDEF, possuindo assim uma alta dependência para manutenção e continuidade das suas atividades e equilíbrio econômico-financeiro.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras da Transparência Brasil, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido e o demonstrativo de fluxo de caixa, foram auditadas por nós, e emitido relatório dos auditores independentes com ressalva.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são



consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, dentre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 23 de julho de 2019.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Carlos Cristiano Poltronieri".

MSc. Carlos Cristiano Poltronieri
Contador - CRC/SP 1SP240875/O-9
Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda.
CRC 2SP010626/O-4

Transparência Brasil
Demonstração do Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro 2018
Em reais

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	317.147	667.035	Fornecedores	6	56.603	71.794
Adiantamentos Fornecedores		7.000	35.000	Recursos de Projetos em Execução	7	327.187	620.349
		324.147	702.035	Tributos a pagar		-	1.709
				Obrigações sociais e trabalhistas		-	2.325
Ativo não circulante				Total do passivo		383.791	696.177
Imobilizado	4	15.809	20.191	Patrimônio Líquido			
Intangível	5	35.820	15.820	Patrimônio Social		37.018	52.892
		51.629	36.011	Superávit ou Déficit Acumulado		(45.032)	(11.023)
				Total do Patrimônio Líquido		(8.015)	41.869
Total do Ativo		375.776	738.046	Total do Passivo e PL		375.776	738.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Resultado do Exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro 2018
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Doações e Recursos de Projetos	8	1.033.708	870.430
Rendimentos financeiros	11	(484)	(5.533)
Superávit Bruto		1.033.224	864.897
Despesas com Pessoa Jurídica	9	(744.788)	(571.030)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(333.468)	(304.890)
Despesas Operacionais		(1.078.256)	(875.920)
Superávit / Déficit líquido do exercício		(45.032)	(11.023)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro 2018
Em reais

	Patrimônio Social	Superávit ou Déficit Acumulado	Ajuste de Exercício Anterior	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2016	99.029	528.545	-	627.574
Superávit / Déficit do Exercício	-	(11.023)	-	(11.023)
Aumento do Patrimônio Social	528.545	(528.545)	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(574.682)	(574.682)
Em 31 de dezembro de 2017	627.574	(11.023)	(574.682)	41.869
Superávit / Déficit do Exercício	-	(45.032)	-	(45.032)
Aumento do Patrimônio Social	(11.023)	11.023	-	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(4.852)	(4.852)
Em 31 de dezembro de 2018	616.551	(45.032)	(579.534)	(8.015)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Transparência Brasil
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro 2018
Em reais

	2018	2017
Superávit / (Déficit) do Exercício	(45.032)	(11.023)
Depreciação e amortização	4.382	(23.176)
Ajustes do lucro (prejuízo) líquido		
Ajustes de exercícios anteriores	(4.852)	(574.682)
Superávit / (Déficit) ajustado	(45.502)	(608.881)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos Fornecedores	28.000	(24.500)
Outras contas a receber	-	3.407
Fornecedores	(15.191)	(84.854)
Recursos de Projetos em Execução	(293.162)	620.349
Tributos a pagar	(1.709)	1.615
Obrigações sociais e trabalhistas	(2.325)	2.325
Caixa gerado nas operações	(284.386)	518.342
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(329.888)	(90.539)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição/ baixas de ativo imobilizado	-	639
Aquisição/ baixas de ativo intangível	(20.000)	9.754
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(20.000)	10.393
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(349.888)	(80.146)
Caixa e equiv. De caixa no início do período	667.035	747.181
Caixa e equiv. De caixa no fim do período	317.147	667.035
Variação no caixa e equivalente de caixa	(349.888)	(80.146)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Transparência Brasil é uma associação sem fins econômicos ou lucrativos, destinada a promover a defesa do interesse público, por meio da edificação da integridade do Estado brasileiro, e o combate a corrupção, contribuindo para o aperfeiçoamento das instituições e do processo democrático.

Para cumprimento de suas finalidades a Transparência Brasil observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, e da eficiência e poderá desenvolver as seguintes atividades, sem conotação político-partidária:

- Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com organizações não governamentais, universidades, poder público e outras entidades, facilitando a atuação desses órgãos e da sociedade civil, no âmbito nacional e internacional;
- Participar da criação, organização e atuação de entidades locais, internacionais e fóruns que tenham como objetivo a promoção do combate a corrupção;
- Apoiar pessoas, grupos, movimentos e organizações que lutam por reformas institucionais e conscientização pública;
- Estimular e desenvolver estudos e trabalhos com a finalidade de incentivar a implantação de políticas públicas e atitudes privadas, evitando-se o uso indevido do Poder Público para benefício privado;
- Organizar e divulgar dados sobre a corrupção nas diversas esferas de governo e no setor privado;
- Propor medidas para a defesa do interesse público;
- Promover palestras, debates e encontros com outras instituições sobre o combate a corrupção, bem como estimular a participação dos associados em conferências e fóruns internacionais;
- Ajudar órgãos e entidades ligadas ao Poder Público no planejamento, mobilização de recursos e implantação de projetos de combate a corrupção;
- Divulgar e comunicar informações sobre o trabalho desenvolvido pela Transparência Brasil e outras entidades, além de projetos governamentais de combate a corrupção;
- Desenvolver outras atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos sociais.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade em 01 de Julho de 2019, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis adotadas

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, as quais estão previstas na Interpretação "ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros" aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12 e alterações ITG 2002 R1. Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002, a Entidade aplicou a NBCTG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas aprovada pela Resolução CFC Nº 1.255/09.

2.2. Principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras

Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Uso de estimativas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

São os valores que incluem caixa e equivalentes, saldos positivos em contas bancárias em movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata. Estas aplicações financeiras estão com rendimentos reconhecidos até a data de 31/12/2018, não ultrapassando o valor de mercado.

Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado e compreendem receita com juros de aplicações financeiras e despesas bancárias diversas e outros encargos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por:

Descrição	2018	2017
Caixa	36	-
Bancos	10	10
Aplicações Financeiras	317.101	667.025
Total	317.147	667.035

4. Imobilizado

Representado por:

Descrição	Equipamentos	Móveis e Utensílios	Informática	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	366	19.825	20.191
Depreciações	-	(63)	(4.319)	(4.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	303	15.506	15.809
Taxa anual de depreciação	10%	10%	20%	

A Entidade, no exercício de 2018, ao revisar as estimativas de vidas úteis e valores residuais dos bens do seu ativo imobilizado, constatou que não houve diferenças significativas. Dessa forma, foi mantida a mesma taxa de depreciação anual praticada no exercício social de 2017.

5. Intangível

Representado por:

Descrição	Marcas e Patentes	Licença de uso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	15.820	-	15.820
Aquisições		20.000	20.000
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	20.000	20.000

6. Fornecedores

Representado por:

Descrição	2018	2017
Serviços tomados de Pessoa Jurídica	50.377	60.406
Serviços de informática e telecomunicações	1.645	1.101
Serviços contábeis	2.231	5.487
Aluguel de escritório	-	4.800
Outros Fornecedores	2.350	-
Total	56.603	71.794

7. Recursos de Projetos em Execução

Representado por:

Descrição	2018	2017
Projeto Google	292.297	537.503
Projeto UNDEF	34.890	82.846
Total	327.187	620.349

8. Doações e Recursos de Projetos

Representado por:

Descrição	2018	2017
Pessoa Jurídica	1.022.731	852.790
Pessoas Físicas	10.977	17.640
Total	1.033.708	870.430

9. Despesas com Pessoas Jurídicas

Representado por:

Descrição	2018	2017
Diretor Executivo	(158.261)	(149.627)
Secretaria	-	(26.059)
Consultoria	(12.000)	(92.425)
Coordenador de Projetos	(165.572)	(112.858)
Gerente Administrador	(119.844)	(108.107)
Coordenador de Sistemas	-	(168)
Redatores	(236.192)	(57.912)
Contabilidade	(18.519)	(18.274)
Auditoria	(6.400)	(5.600)
Programador	(28.000)	-
Total	(744.788)	(571.030)

10. Despesas Gerais e Administrativas

Representado por:

Descrição	2018	2017
Despesas com comunicação e tecnologia	(114.065)	(158.661)
Despesas com transportes e viagens	(37.128)	(75.389)
Despesas gerais de escritório	(5.010)	(3.626)
Despesas de aluguel	(59.125)	(40.371)
Despesas com depreciação	(4.382)	(3.755)
Despesas com pessoal	(110.786)	(18.446)
Outros custos operacionais	(2.972)	(4.642)
Total	(333.468)	(304.890)

11. Resultado Financeiro

Representado por:

Descrição	2018	2017
Receitas Financeiras:		
Juros com aplicações financeiras	10.096	4.491
Despesas Financeiras:		
Impostos e taxas diversas	(3.966)	(1.905)
Encargos e taxas diversas	(3.054)	(2.147)
Impostos financeiros	(2.679)	(2.431)
Juros e multas	(881)	(2.951)
Perdas eventuais	-	(590)
Resultado Financeiro Líquido	(484)	(5.533)

12. Outros Assuntos

Em decorrência de seu enquadramento como Entidade sem fins Lucrativos, a Transparência Brasil goza de benefícios como isenção de Imposto de Renda e Contribuição Social, pagamento do PIS calculado à 1% sobre a folha de pagamento e isenção do pagamento da COFINS sobre as atividades próprias.
